

EIXO TEMÁTICO 1 | ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

POTÊNCIA POLÍTICA DO MOVIMENTO POPULAR COMUNITÁRIO NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: a experiência do Grande Bom Jardim – Fortaleza/Ceará no enfrentamento à fome

POLITICAL POWER OF THE COMMUNITY POPULAR MOVEMENT IN THE
CONSTRUCTION OF PUBLIC POLICIES: the experience of Grande Bom Jardim –
Fortaleza/Ceará in combating hunger

Luciana Ribeiro Moura¹
Eduardo Gomes Machado²
Alba Maria Pinho de Carvalho³

RESUMO

O presente artigo constitui um desdobramento dos percursos investigativos da tese de doutorado que estou a desenvolver desde 2023, sobre a potência de ação dos sujeitos políticos, face ao enfrentamento da fome como expressão da segregação socioespacial, focando as Cozinhas Comunitárias no interior dos processos organizativos no Grande Bom Jardim (GBJ). O objetivo deste artigo é configurar a potência política do Movimento Popular Comunitário do GBJ na construção de Políticas Públicas. Especificamente, pretendo demarcar o Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do GBJ, como uma referência central ao Programa Ceará sem Fome, em pleno desenvolvimento, onde governo, sociedade civil e órgãos de poderes públicos assinaram o Pacto para Enfrentamento da Fome no Ceará. Esta produção seguiu o seguinte movimento metodológico: pesquisa bibliográfica em obras sobre a fome no contexto da segregação socioespacial e potência de ação dos Movimentos Sociais; pesquisa documental, e inserções exploratórias no GBJ em diferentes eventos.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Movimentos Sociais. Fome.

ABSTRACT

¹ Universidade Estadual do Ceará-UECE; Doutoranda; lucianamouraadv76@gmail.com

² Universidade Estadual do Ceará-UECE; Doutor; eduardo.machado@uece.br

³ Universidade Federal do Ceará-UFC; Doutora; albacarvalho@gmail.com

This article constitutes an unfolding of the investigative paths of the doctoral thesis that I have been developing since 2023, on the power of action of political subjects, in the face of facing hunger as an expression of socio-spatial segregation, focusing on Community Kitchens within the organizational processes in the Grande Bom Jardim (GBJ). The objective of this article is to configure the political power of the GBJ Community Popular Movement in the construction of Public Policies. Specifically, I intend to demarcate the GBJ Participatory Map to Combat Hunger, as a central reference to the Ceará Without Hunger Program, in full development, where government, civil society and public authorities signed the Pact to Combat Hunger in Ceará. This production followed the following methodological movement: bibliographical research on works about hunger in the context of socio-spatial segregation and the power of action of Social Movements; documentary research, and exploratory insertions into the GBJ at different events.

Keywords: Public Policy. Social Movements. Hunger

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo constitui um desdobramento dos percursos investigativos da tese de doutorado que estou a desenvolver desde 2023 sobre a potência de ação dos sujeitos políticos, face ao enfrentamento da fome como expressão da segregação socioespacial, focando as Cozinhas Comunitárias no interior dos processos organizativos no Grande Bom Jardim. É este um território de periferia urbana, situado ao sudoeste da cidade de Fortaleza-Ceará, composto pelos bairros Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal e Siqueira que, hoje, apresenta duas características marcantes: baixos níveis de Índice de Desenvolvimento Humano-Bairros (IDH-B), com situações extremas de vulnerabilidade social e pobreza, sofrendo, ao longo dos anos, a tragédia da fome, sobretudo durante a Covid 19; histórico de organização comunitária, com movimentos populares de diferentes naturezas, congregados numa ampla rede com mais de 30 (trinta) componentes, qual seja, a Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (Rede DLIS).

Por ocasião da pandemia da Covid-19, a Rede DLIS do Grande Bom Jardim, a partir da iniciativa do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS) concebeu, no primeiro semestre de 2022, a ideia de elaboração do Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome no Grande Bom Jardim, em conformidade com a mística político-pedagógica de exigibilidade de direitos, fundamentada em diagnóstico da realidade. O Relatório deste Mapa Participativo explicita, com clareza, as pretensões de exercer tensionamento junto ao Estado, ao demarcar como Missão: “À luz do entrelaçamento das sabedorias popular e acadêmica oferecer à

sociedade política um documento basilar para o planejamento e execução de políticas públicas emergenciais e estruturantes em segurança alimentar e nutricional às periferias”. (MACHADO, et all./2022)

Nesta perspectiva, o objetivo deste artigo é configurar a potência política do Movimento Popular Comunitário do Grande Bom Jardim na construção de Políticas Públicas. Especificamente, pretendo demarcar o Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim, como uma referência central ao Programa Ceará sem Fome, em pleno desenvolvimento desde junho de 2023 onde governo, sociedade civil e órgãos de poderes públicos assinaram o Pacto para Enfrentamento da Fome no Ceará.

Em estreita vinculação com os processos investigativos na construção da minha tese de doutorado, com a orientação do Prof. Dr. Eduardo Gomes Machado e coorientação da Prof.^a Dr^a. Alba Maria Pinho de Carvalho, esta produção acadêmica seguiu o seguinte movimento metodológico: pesquisa bibliográfica em obras sobre a fome no contexto da segregação socioespacial e potência de ação dos Movimentos Sociais; pesquisa documental, privilegiando o Relatório Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim e o Programa Ceará sem Fome; e inserções exploratórias no Grande Bom Jardim em diferentes eventos.

2 FOME COMO EXPRESSÃO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E SEU AGRAVAMENTO NA PANDEMIA COVID 19

A questão da fome no contexto urbano está intimamente vinculada às desigualdades sociais e a pobreza que materializam as apartações e contradições na civilização do capital. Na verdade, a fome é uma expressão da segregação social no cenário das cidades, nesta terceira década do século XXI.

A análise do acesso à alimentação relacionada à dinâmica da segregação, tem como grande inspiração as obras de Josué de Castro (1908-1973), pioneiro no estudo multidisciplinar da fome. O autor apresenta a geografia como disciplina por excelência para abordar esse tema multidisciplinar e demonstra quanto o espaço geográfico segregado tem implicação sobre o fenômeno da fome.

A compreensão da fome urbana, aqui delineada, abarca as obras de Castro e de outros importantes geógrafos contemporâneos, principalmente aqueles adeptos da Teoria Social Crítica, tais como Edward Soja (1993), Roberto Lobato Corrêa (2000) e Milton Santos (1979).

Não tratando especificamente da questão da fome urbana, tais autores contribuem significativamente para a análise da produção e reprodução do espaço urbano sob a égide capitalista, abordando a formação de aglomerados urbanos sociais e espacialmente segregados.

A fome no Brasil, em 2024, é um problema complexo decorrente das desigualdades sociais estruturantes, a expressar-se no desemprego, na inflação e na falta de acesso a serviços básicos, como saúde e educação. A pandemia da Covid-19 agravou ainda mais essa situação, aumentando o número de pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar.

Um relatório, publicado pela ONU⁴(2023), mostra que a insegurança alimentar e a fome aumentaram no mundo. São 735 milhões de pessoas passando fome e 2,3 bilhões em situação de insegurança alimentar.

No Brasil, um amplo e crescente segmento populacional vivencia a tragédia da fome, em suas diferentes dimensões. De fato, no contexto brasileiro, tem 21 milhões de pessoas que não tem o que comer todos os dias e 70,3 milhões em insegurança alimentar.

Acerca dos efeitos deletérios da fome e suas implicações, Castro apõe que a “fome mutila, deixa lesões irreparáveis e distingue mental e fisicamente os homens. Nada os diferencia tanto, quanto não ter o que comer: mais que aparência, a raça, a cor”. (CASTRO, 1948)

3 BOM JARDIM SUAS TRAJETÓRIAS DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

O Grande Bom Jardim, situado na região sudoeste de Fortaleza, conta com população estimada em 225.210 mil habitantes (CORES/SMS). Os cinco bairros, que compõe este território, integram os dez bairros socio espacialmente mais vulneráveis de Fortaleza. Ao longo do tempo, tem desenvolvido trajetórias de organização comunitária, refletindo os esforços dos moradores para melhorar as condições de vida na região. Tais trajetórias refletem a resiliência e a determinação dos sujeitos a enfrentar desafios e buscar melhorias em sua comunidade. Essas iniciativas demonstram o poder da ação coletiva na promoção do bem-estar e no fortalecimento do tecido social local.

⁴ <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/07/12/brasil-tem-101-milhoes-de-brasileiros-passando-fome-e-703-milhoes-em-inseguranca-alimentar-aponta-onu.ghtml>.

No contexto das lutas urbanas, a Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim (REDE DLIS do GBJ) surge, a partir de 2003, “para elaborar e agenciar a implementação de uma política de desenvolvimento local sustentável, numa região com forte vocação associativa”. (ALMEIDA, 2014, p. 22)

Na ótica do pesquisador militante Caio Carlos (2014), com vivências existenciais e militância histórica no Grande Bom Jardim, este território consegue fazer uma inversão política, a retratar-se no plano de uma mudança discursiva. Diz ele:

“Trata-se de um território estigmatizado, lente central da atenção lançada ao lugar/território e seus moradores por múltiplas maquinarias difusoras de discursos (imprensa, universidade e Estado), tornando-se espaço privilegiado para práticas de conhecimento acadêmico e desenvolvimento de políticas públicas de controle de população; como também, na esteira de atenção pública, é referência pelo seu histórico de organização comunitária, movimentando diversas iniciativas de engajamento político e práticas de representação de seus moradores sobre este lugar na cidade”. (CARLOS, 2014)

Assim, a implementação e a expansão da Rede DLIS faz-se um marco histórico na própria configuração do território no cenário de Fortaleza: da visão predominante de espaço perpassado por violências - na linguagem popular o “lugar do vixe” - (re)constrói-se a identidade de espaço referência da organização comunitária popular. De fato, hoje - 2024 - o Grande Bom Jardim constitui-se um caso emblemático de resistências coletivas e lutas em áreas periféricas que sofrem agudos processos de segregação socioespacial. Em verdade, foram emergindo formas organizativas, a encarnar a potência dos sujeitos no enfrentamento das múltiplas expressões de segregação. Em um processo gradual, estas formas organizativas foram ganhando consistência, culminando nas tramas de uma rede local, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

A Rede DLIS é uma agregação de coletivos que lutam por melhorias na perspectiva do desenvolvimento local, em cinco bairros da regional V, na periferia de Fortaleza: Granja Lisboa, Granja Portugal, Bom Jardim, Canindezinho e Siqueira. Seu surgimento decorre dos esforços do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS) que, ao longo dos anos 1990, a partir da mobilização das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), desenvolvia lutas sistemáticas, de caráter reivindicatório pela melhoria da qualidade de vida das populações periféricas habitantes da área.

De fato, a Rede DLIS é fruto de um investimento político de organizações pastorais e missionárias atuantes na região desde 1981. Tal movimento resultou na criação da ONG Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, entidade que tratou de coletivizar o ideário do direito ao desenvolvimento local, sonho que foi compartilhado entre organizações associativas de moradores dos cinco bairros da região e que foi o mote da mobilização social e do engajamento cívico. Logo, o CDVHS foi de grande importância para a articulação de associações e do poder público, mobilizando as entidades associativas da região a lutarem por desenvolvimento local, direitos humanos, direito à cidade, trabalhando com a metodologia do diagnóstico e do planejamento socio participativo de políticas públicas para intervir politicamente em rede.

Entende-se que a REDE DLIS é um coletivo de lideranças e entidades que se organiza na luta por políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento da região em que estão inseridas. Neste sentido, é instrumento ou meio de realização do projeto institucional de desenvolvimento local da ONG Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza/CDVHS, bem como estratégia de efetivação de sua missão institucional. Do final da década de 1990 até 2002 foram investidos esforços técnicos e políticos no fortalecimento do tecido social local, incubando organizações associativas de moradores estrategicamente, por meio do projeto institucional do CDVHS, denominado: *Projeto Identidade Territorial e Social do Grande Bom Jardim*. Já no período de 2003 à 2005, o projeto “Um Futuro mais Humano para o Brasil” foi realizado, de forma participativa e com respaldo de universidades cearenses, construindo um diagnóstico do território. Tal diagnóstico foi tomado como base para o planejamento socio participativo da política de desenvolvimento do território Grande Bom Jardim, denominado pela ONG como “Planos Estruturantes”. Neste caminho também incluía a criação de um coletivo local para planejar, reivindicar, negociar e monitorar políticas públicas e denunciar violações de direitos.

No âmbito deste amplo processo organizativo, a Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim, emerge na I Conferência de Desenvolvimento Sustentável e Integrado do Grande Bom Jardim, evento entendido como a culminância de um intenso processo de fortalecimento do tecido social local. Nele, 32 entidades associativas locais assinaram um Pacto de Desenvolvimento, fundamentado pelos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais— a chamada Plataforma DHESCA’s.

Assim, a Rede DLIS é entendida como um lugar político, composto por organizações associativas comunitárias locais e por outros coletivos de bandeiras singulares da organização

social. Trata-se de um espaço público que propõe uma articulação política para visibilizar demandas e reivindicações específicas dos bairros e negociar estratégias e formas da intervenção em atenção à região e à cidade. A Rede DLIS abraça o princípio da participação popular na gestão democrática da cidade e compreende os direitos humanos como estratégia de luta para o desenvolvimento local. A palavra luta é basilar para compreender a mística da organização, palavra também que reflete, expressa ou resume os movimentos sociais, no seu propósito de conquistar as políticas públicas.

4 O MAPA PARTICIPATIVO DE ENFRENTAMENTO À FOME DO GRANDE BOM JARDIM E O PROGRAMA CEARÁ SEM FOME

A fome é um problema complexo decorrente das contradições e apartações da vida social no âmbito do capitalismo, com expressões peculiares em cada realidade. No contexto do Grande Bom Jardim, a vulnerabilidade social é exacerbada pela concentração de população de baixa renda, infraestrutura inadequada e falta de acesso a serviços básicos. Assim, os que habitam este território, na periferia de Fortaleza, enfrentam dificuldades para obter alimentos suficientes e nutritivos, implicando na fome e na insegurança alimentar. Este quadro intensifica-se nos tempos da pandemia do novo Coronavírus, em um contexto de desmonte das políticas públicas no País, com graves consequências nos Estados e Municípios, atingindo sobretudo, populações que vivem às margens.

Nesse cenário, Fortaleza, a quinta cidade mais populosa do Brasil, com estimativa de 2,7 milhões de habitantes, vivencia um trágico agravamento de sua questão social. A situação é ainda mais grave porque a cidade já possuía uma das maiores desigualdades sociais no país, com elevada concentração de renda e grandes contingentes de sua população vivendo em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Ao mesmo tempo, a cidade foi uma das mais afetadas no Brasil pela pandemia da Covid-19 (COSTA et al, 2021).

Nas metrópoles brasileiras, as periferias urbanas são os espaços mais atingidos pelas graves contradições do sistema do capital em tempos contemporâneos. Especificamente, na metrópole Fortaleza, dentre os seus 119 bairros, os cinco espaços integrantes do Grande Bom Jardim estão situados no ranking dos piores IDH-B (Índice de Desenvolvimento Humano - Bairros) da cidade: Bom Jardim (0,19), Canindezinho (0,14), Granja Lisboa (0,17), Granja Portugal (0,19), Siqueira (0,15) (Anuário do Ceará 2019-2020). Para comparação, os cinco

bairros com melhores IDH-B da cidade, situam-se entre 0,95 (Meireles) e 0,77 (Guararapes) (<documentById (fortaleza.ce.gov.br)>).

O Grande Bom Jardim (GBJ) é um dos territórios do Ceará que mais sofreu com a pandemia da Covid-19. Os dados da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e da plataforma IntegraSUS revelaram, que até 16 de agosto de 2022, o número de mortes pela Covid-19 no Grande Bom Jardim (821) superou os das cidades de Juazeiro do Norte (753) e de Sobral (776) e ficando bem próximo dos da cidade de Maracanaú (858). Lembrando que se trata do terceiro, quarto e quinto municípios mais populosos do estado do Ceará: Juazeiro do Norte (276.264), Maracanaú (229.458), Sobral (210.711). Ademais, o GBJ teve mais de 16.788 casos confirmados, taxa de letalidade de 4,9 e taxa de mortalidade de 364,5 por 100 mil habitantes. A taxa de letalidade do GBJ foi de 58,1% maior que a de Fortaleza.

Nesse contexto, os agentes populares-comunitários locais encarnaram uma experiência incontestável no enfrentamento à COVID-19, cabendo fazer referência às Campanhas de Solidariedade, ao Comitê Popular de Enfrentamento à Covid-19 do Grande Bom Jardim e às próprias Cozinhas Comunitárias Locais, que se fortalecem e/ou emergem a partir desse contexto (MACHADO et al, 2021; ALMEIDA et al, 2021; CARLOS e MACHADO, 2020, v.1; CARLOS e MACHADO, 2020, v.2). Essa experiência com a COVID-19 mostrou como a sociedade civil local detém significativa capacidade de mobilização social, articulação e atuação política, exercendo um protagonismo relevante no enfrentamento às múltiplas dimensões da questão social, na afirmação de direitos e na luta pela geração de alternativas ao desenvolvimento no território.

Desde pelo menos o final dos anos 1970, evidencia-se uma trajetória associativa do movimento popular-comunitário no Grande Bom Jardim, com *modus operandi* que bem se revela na construção do Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim, evidenciando uma potente prática política de luta cotidiana por direitos.

Nesta tradição organizativa de lutas, o CDVHS concebeu no primeiro semestre de 2022, a ideia de elaboração do Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome no Grande Bom Jardim, seguindo a mística político-pedagógica de exigibilidade de direitos, fundamentada em diagnóstico da realidade e articulando conhecimento popular e científico. Aqui cabe destacar, desde já, que é deveras emblemático que o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS) retome a mobilização social e a luta política de enfrentamento à fome no território do Grande

Bom Jardim, considerando que a instituição carrega o nome de um dos sociólogos que mais lutou para combater a fome no Brasil.

Assim, a entidade concebeu um programa estratégico para o enfrentamento à fome para o território do Grande Bom Jardim, envolvendo: “(1) elaborar um estudo que gerasse dados diretos georreferenciados sobre a gravidade territorial; (2) promovendo o engajamento cívico das cozinhas comunitárias, de lideranças e de coletivos associativos de comunidades com extremas vulnerabilidades; (3) sendo a base para elaborar e fundamentar proposições de políticas públicas para o enfrentamento à fome e o fortalecimento das Cozinhas Comunitárias, fundamentando a interlocução com o poder público no âmbito da exigibilidade de direitos”. (MACHADO, et all./2022)

Para formular o projeto dessa ação, com viés de pesquisa e extensão, agregaram-se ao CDVHS, de forma colaborativa e extensionista, o Grupo Diálogos de Extensão e Pesquisas Interdisciplinares (DIÁLOGOS), vinculado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), e o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Geografia da Alimentação (NUPEGA), vinculado à Universidade Federal do Ceará (UFC).

A elaboração do estudo com dados diretos georreferenciados, a mostrar a gravidade do quadro de fome no Grande Bom Jardim foi norteado pelo seguinte objetivo: “Elaborar participativamente o Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim (GBJ), fundamentando e fomentando a formulação e a execução de ações e de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional para o território”.

Especificamente, o Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim privilegiou uma dinâmica própria de pesquisa-ação, as comunidades e às famílias mais vulneráveis, considerando escalas físico-geográficas intrabairros; evidenciar a relevância e o lugar das cozinhas comunitárias na promoção da segurança alimentar e nutricional no território, identificando estratégias para o fortalecimento e a sustentabilidade dessas cozinhas; gerar demandas, recomendações e propostas para a promoção da segurança alimentar e nutricional no território, envolvendo ações e políticas públicas emergenciais, imediatas e estruturais (de médio e longo prazo); fomentar a concepção e a execução de uma política de segurança alimentar e nutricional para os territórios periféricos na cidade de Fortaleza.

O Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do GBJ deu voz a sujeitos que vivenciam diretamente o fenômeno, atuando na linha de frente, em um cenário em que comunidades e

famílias possuem incertezas ou dificuldades para acessar alimentos, o que nos leva a afirmar que estão em dependência direta das cozinhas comunitárias, das campanhas de solidariedade e/ou de apoios variados.

De fato, pela via do Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim, as lideranças constitutivas das Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim conseguiram identificar os locais onde a fome é mais grave. A Rede de Cozinhas Comunitárias apresentou a agentes públicos dados científicos, demandas e propostas para o enfrentamento emergencial à fome e para formulação e implantação de uma política de segurança alimentar e nutricional para as periferias urbanas, bem como, dialogou com o poder executivo e como o poder legislativo.

Desse modo, inspirou duas Leis emblemáticas na construção de uma Política de Segurança Alimentar para o Ceará: a Lei nº 18.312/23 de 17 de fevereiro de 2023 que cria o Programa Ceará sem Fome, uma política pública estadual permanente e a Lei nº 18.336 de 30 de março de 2023, <<https://www.pge.ce.gov.br/leis-estaduais/>> que autoriza a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará a adquirir e distribuir alimentos, ou outras iniciativas relacionadas à segurança alimentar no estado.

Em termos institucionais, o Programa Ceará sem Fome e suas Redes de Unidades Sociais Produtoras de Refeições (USPR) estão no âmbito da ação conjunta da Secretaria da Proteção Social (SPS) e pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), com o apoio de outros órgãos estaduais e municipais, sociedade e setor privado.

Seus principais objetivos estão pautados no seguinte ideário: promover mais acesso das pessoas à alimentação saudável e nutritiva; promover a segurança alimentar e nutricional da população, por meio de políticas públicas e do engajamento da sociedade civil para combater a fome de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza; incentivar a produção, a distribuição e o consumo de alimentos da agricultura familiar, especialmente das cooperativas, das associações e dos grupos de produção agroecológicas e estimular a inclusão no mundo do trabalho formal ou do empreendedorismo das pessoas que atuam em cooperativas, associações da reforma agrária e agricultura familiar, pescadores artesanais, indígenas e quilombolas.

5 CONCLUSÃO

As configurações que consubstanciam este artigo estão fundadas em uma tese central: a potência e a força da sociedade civil em tensionar a sociedade política na defesa dos direitos dos que vivem à margem da vida social no sistema do capital na contemporaneidade. De fato, no território periférico do Grande Bom Jardim, o movimento popular comunitário encarnou seu protagonismo, gestando uma efetiva intervenção, mediante suas estratégias e táticas, na melhor tradição do pensamento de Michel de Certeau (1998).

O Ceará sem Fome, emergente em 2023, revela-se uma política pública emergencial e estruturante nas suas Redes de Unidades Sociais Produtoras de Refeições, as chamadas Cozinhas Comunitárias no âmbito do Programa Ceará sem Fome, materializam uma busca permanente na agenda política: a relação Estado/Sociedade Civil.

Desse modo, abre-se uma frente investigativa na perspectiva do fortalecimento da democracia a partir dos sujeitos que vivenciam as tragédias da pobreza e da fome.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriano Paulino de. **(Grande) Bom Jardim: reterritorialização e política de representação à luz da nova pragmática**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Programa de Pós-Graduação, em Linguística Aplicada - Fortaleza, 2014.

CARLOS, Caio Anderson Feitosa. **Invenções Democráticas pela Periferia: A Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, programa de Pós-Graduação, em Sociologia, Fortaleza - 2014.

CASTRO, Josué Apolônio de. **A alimentação brasileira à luz da geografia humana**. Porto Alegre: Edições Globo, 1937.

CASTRO, Josué Apolônio de. **Geografia da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1948

CASTRO, Josué Apolônio de. **Homens e caranguejos**. São Paulo: Brasiliense, 1967

CASTRO, Josué Apolônio de. **Geopolítica da Fome**. 5. ed. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1959.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. 3. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.

COSTA, M.C.L. ; DANTAS, E.W.C. ; MACHADO, Eduardo Gomes; ALMEIDA, A.P. ; OLIVEIRA, L.S. ; RIOS, R. ; SILVA, C.L.S. ; OLIVEIRA, R. Região Metropolitana de Fortaleza (CE). In: Livia Izabel Bezerra de Miranda. (Org.) **As metrópoles e a covid-19**: dossiê nacional: volume II. 1 ed. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2021, v.II, p.88-109.

Mapa participativo de enfrentamento à fome do Grande Bom Jardim: relatório / Organizadores Eduardo Gomes Machado... [et all.] – Fortaleza: Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, 2022. 118p.

Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim: lutas e conquistas populares / Organização: Adriano Paulino de Almeida, Ana Maria de Freitas; Apresentação Eduardo Gomes Machado. Fortaleza: RDLIS, 2021. 62p.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Francisco Alves. Rio de Janeiro-Brasil, 1979.

SOJA, Edward William. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.